

DRAMAS, CAMPOS E “VERDE E AMARELO”: O 8 DE JANEIRO COMO DRAMA SOCIAL DO BRASIL DEMOCRÁTICO¹

Raquel Marinho Costa Bouillet (UFRJ/Rio de Janeiro/RJ)

Palavras-Chave: Manifestações; Drama Social; 8 de Janeiro.

O DIA 8 DE JANEIRO EM SI

No dia 31 de Outubro de 2022, o Brasil é inundado de movimentos festivos. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tinha ganho às eleições. Para boa parte da população era um alívio, um respiro depois de 4 anos sobre o governo de Jair Bolsonaro, uma esperança. Porém, para um outro quantitativo bem grande da população, aquilo era mais um dos ultrajes da crise que assolava o Brasil.

Daquele dia em diante, parte dos 49,1% derrotados nas urnas se mobilizaram por todo o país. Em caravanas, seguiam dos interiores para os grandes centros e montavam acampamentos na frente de Quartéis Gerais do Exército Brasileiro. Os protestos por todo país demandavam as mesmas coisas: intervenção militar, impeachment de Alexandre de Moraes e o impedimento da posse de Lula. As manifestações passaram de horas e se tornaram dias e meses na frente dos quartéis. Conglomerados de homens, mulheres, crianças e idosos dormiam e acordavam na frente das instalações militares. Enquanto isso, as rodovias eram fechadas por caminhoneiros também em convergência com os protestos. Para muitos deles, a certeza era uma: Lula não subiria a rampa do Palácio do Planalto (G1, 2023).

No dia 12 de Dezembro de 2022, dia da diplomação de Lula e Alckmin como presidente e vice-presidente da República, o Distrito Federal é tomado por manifestações. Quase que como ensaios que prenunciavam o que ocorreria dali um mês. Segundo relatos do presidente (2024), era possível ver as vias sendo fechadas por ônibus incendiados. Neste mesmo dia, segundo os relatórios dos agentes de Estado, os manifestantes tentam ocupar o prédio-sede da Polícia Federal. O objetivo seria evitar a diplomação do presidente eleito, o que não foi alcançado.

Na véspera do Natal de 2022, dia 24 de Dezembro, a capital é palco de mais uma manifestação. Dessa vez, um homem é pego tentando explodir um veículo na frente do Aeroporto de Brasília. Ele é pego e identificado como um manifestante apoiador do ex-presidente, que também estava acampando na frente do QG de Brasília. Esta sequência de fatos, no entanto, não parecia estar sendo completamente vigiada pelas autoridades policiais

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)

(Capelli, 2025). Na realidade, as operações pareciam continuar normalmente. E, os acampamentos eram mantidos com certa leniência do Exército Brasileiro.

A vigilância, porém, parecia aquecida para a posse que aconteceria depois da virada do ano. Era fato que algumas autoridades temiam uma grande comoção no dia da posse do presidente Lula, 1 de Janeiro. Muito em face do que ocorreu nos Estados Unidos, após a posse de Joe Biden, em 2021: a invasão do Capitólio (Duailibi, 2024). Mas, apesar do temor, a posse foi relatada pelas autoridades como tranquila e festiva (Capelli, 2025).

Apesar do clima de festa, os acampamentos continuavam no mesmo lugar. Mantidos de pé, com grandes multidões. E, o que deveria ser um alerta para as autoridades de Brasília (Capelli, 2025) se mantinha na normalidade. No dia 06 de Janeiro, as mensagens convocatórias nos perfis categorizados como ‘bolsonaristas’ aumentavam e a mensagem parecia frequente: “vamos ocupar e tomar o Estado”.

Neste momento, o Ministro da Justiça do governo anterior, Anderson Torres, estava de férias nos EUA e tinha recentemente alterado os secretários de sua gestão. Com isso, todas as informações sobre as movimentações dos manifestantes eram mediadas por setores secundários do Ministério da Justiça que garantiam “a pacificidade dos manifestantes”. No dia 07 de Janeiro, um dia após o aumento dos convites para “A Festa da Selma”² (Ragusa, Pereira e França, 2025), caravanas de ônibus cheios de pessoas adentram o Setor Militar Urbano de Brasília – área dos acampamentos, vizinha ao bairro Sudoeste, que abriga cerca de 18 instituições militares no seu entorno.

Estes passageiros que chegavam durante a noite do dia 07 seriam alguns dos que se juntariam aos acampados na Praça dos Cristais (SMU-DF) para as manifestações que ocorreriam a seguir. No dia seguinte, 8 de Janeiro, uma grande quantidade de pessoas começa a marchar do Setor Militar Urbano para a Praça dos Três Poderes.

Escoltados por policiais militares (PMDF), os protagonistas dos atos seguiram até se aglomerarem na frente dos prédios-sede dos três poderes. Dali em diante, a Esplanada dos Ministérios se tornou palco de um fenômeno político significativo: pessoas trajadas de verde e amarelo conseguiram ocupar os prédios-chave dos Poderes da República. Inicialmente, a multidão – expressa pelo G1 (2023) como formada por cerca de 4-5 mil pessoas – foi escoltada, pela polícia militar, do Setor Militar Urbano do Distrito Federal até a Praça dos Três Poderes. Dali em diante, conseguiram acesso ao Congresso Nacional, seguido do Palácio do Planalto e – por fim – ao Supremo Tribunal Federal.

² Expressão pela qual os atores do 8 de Janeiro chamaram o evento e as manifestações organizadas no dia 8. Muito visto em mensagens convocatórias e convites para a integração e execução das ocupações.

Para trás, deixaram um rastro de destroços de objetos do Tesouro Nacional – como o relógio trazido por D. João VI em 1808 e o busto de Rui Barbosa que foi “cicatrizado” (G1, 2025) pelos manifestantes. As manifestações duraram cerca de 5 horas até serem contidas depois das 19h (G1, 2023) devido a um bloqueio policial pouco efetivo. Em suas manifestações, os atores protagonistas dos atos indagavam pelo impeachment de Alexandre de Moraes, pediam a intervenção militar “respaldada pelo artigo 142” (CF, 1988) e a destituição de Lula – devido à suposta inconsistência do processo eleitoral.

Em viagem ao interior de São Paulo, Lula fez seu pronunciamento à distância. De Araraquara (SP), o presidente decretou Intervenção Federal na Segurança Pública de Brasília, nomeando Ricardo Capelli – Secretário-Executivo do Ministério da Justiça – como seu interventor. A partir daí, o 8 de Janeiro foi considerado parte de um plano golpista bem orquestrado. Os manifestantes seus executores, financiados por pequenos e grandes empresários e orquestrados por um núcleo de mentores golpistas (representados por Bolsonaro e a alta cúpula do Exército Brasileiro).

O que ocorre depois é uma reorganização das estruturas políticas em favor da defesa do Estado Democrático de Direito. Após decretar a Intervenção Federal, Lula volta a Brasília e se encontra com os representantes do Legislativo e Judiciário. Acompanhado de todos os chefes executivos dos estados, e os chefes dos demais poderes, o presidente discursa em favor da fortificação dos elos institucionais. Para além, reforça que aqueles que atentaram contra a democracia seriam “devidamente encontrados e punidos”.

Enquanto o chefe do Executivo Federal fortificava o discurso em favor das instituições democráticas, as autoridades de segurança pública seguiam na prisão e na retirada dos acampamentos. Estes últimos já eram considerados ilegais por decisão do Ministro Alexandre de Moraes, mas seguiam montados na frente dos Quartéis de Brasília.

Pelo relato de Capelli (2025), ao ser nomeado, o interventor ainda não conhecia a equipe de segurança do DF. Mas, coordenava em grande medida as prisões dos manifestantes nos arredores da Praça dos Três Poderes. Além disso, o interventor relata ter caminhado diretamente para a Praça dos Cristais no SMU para desmontar os acampamentos naquela mesma noite, porém foi impedido pelas autoridades do Exército Brasileiro. Após uma discussão com os militares em exercício e os generais do alto comando que pareciam “proteger” os acampados da ação federal. Impedidos de agir na noite do dia 08, a equipe da segurança e o Exército desmontaram os acampamentos no amanhecer do dia 09. Ali, os acampados foram presos e levados em ônibus executivos para a sede da Polícia Federal, ali ficaram até serem oficialmente transferidos para o presídio da Papuda.

Na metodologia de Turner, um drama social encerra com seu desfecho. Como já dito, esta etapa pode ser lida de duas formas: a cisão definitiva ou a reintegração. O que se observa no 8 de Janeiro é um evento efervescente construído de uma longa insatisfação, de uma crescente crise e de uma necessidade de quebra com tudo aquilo que representava – para um determinado grupo – o mal do Brasil, as instituições democráticas. O 8 de Janeiro é o último suspiro de uma tentativa de cisão. A tentativa de um cisma irremediável entre as relações sociais normativas para um grupo que reivindicava uma nova forma de Estado, encabeçada pelo ex-presidente. Em muito é uma tentativa falha para tentar restabelecer o que Bolsonaro também falhou trazer em seu governo: um desfecho para uma crise que se estendia desde 2013.

UMA RUPTURA ENTRE AS JORNADAS DE JUNHO E O IMPEACHMENT

Em uma coletânea de textos sobre o ocorrido, Ricardo Antunes (2013) introduz suas ideias sobre o que ocorreu nas conhecidas Jornadas de Junho de 2013. Tomando o autor como uma referência, busco entender como o Junho de 2013 se torna um símbolo de ruptura. E, pela primeira vez, desde a redemocratização, questiona a própria democracia. Sobretudo, explode as ideias, os sentimentos e as orientações políticas que pareciam estar fixas e bem fundamentadas no Brasil democrático dos anos 2000.

As manifestações se iniciam, como dito por Antunes (2013) e reiterado por Warren (2014), com o Movimento Passe Livre (MPL). As movimentações contra o aumento das passagens em todo o país começam a ganhar corpo não só na mídia, mas instigam novas aglomerações por todo o país. No curso de Junho de 2013, manifestações que contavam com centenas de pessoas, se tornaram protestos nas maiores metrópoles do Brasil com centenas de milhares de pessoas aglomeradas, chegando a cerca de 1 milhão de pessoas simultâneas em diferentes partes do país no dia 20 de Junho (UOL, 2013). Rapidamente, os movimentos ordenados contra o aumento de 20 centavos nas passagens de ônibus se transformaram em “muito mais que os 20 centavos”.

Em meio às marchas, a aprovação da presidente Dilma começa a não só cair mas despencar (Datafolha, 2013). Na primeira semana de Junho sua aprovação era de 57%, três semanas após, durante as manifestações, esse número despensa 27 pontos percentuais chegando a 30% de aprovação. A rejeição, por outro lado, vai de 9% a 25% neste mesmo período.

A realidade era que o governo estava desgastado. Não apenas o governo, mas as instituições não pareciam responder o que o povo reivindicava nas ruas. A democracia estava sendo questionada quanto a sua efetividade (Silva, 2018, p. 95). Ou seja, rompia com os

ordenamentos comuns, expunha uma ruptura (Turner, 2017, p. 30) com as práticas políticas e o rumo político do Brasil, expressando a partir de uma pluralidade de frentes e movimentos sociais a necessidade da população intervir na política.

Neste sentido, a figura da presidenta em exercício se desgastava cada vez mais. E, as contenções às manifestações de Junho pareciam pouco efetivas. Além disso, o artifício de aplicação da Lei de Segurança Nacional (LSN) – medida herdeira da Ditadura Militar – para lidar e abordar com os manifestantes fez o governo e as instituições serem cada vez mais questionados (Gazeta do Povo, 2013; Nexô Políticas Públicas, 2024).

A realidade era que 2013, expôs pela primeira vez, um processo de ruptura que seria determinante para o prosseguimento da próxima década. A partir daí, novos atores sociais surgiram (Gohn, 2016) como protagonistas e tomariam as novas ações sobre o que viria ser o Brasil, e o jogo político, nos próximos 10 anos. Com uma popularidade oscilante, uma governabilidade ruim e o questionamento cada vez maior sobre o rumo político brasileiro, Dilma Rousseff enfrenta em seu segundo governo as consequências da abertura de um processo de ruptura. Em um desafio constante, o que se segue nos próximos anos é um agravamento da fragmentação social protagonizada por novos atores e dilemas políticos (Silva, 2018, p. 95). Esse processo, iniciado nas marchas de 2013, foi definitivamente aberto em 2016, com o segundo impeachment da história da redemocratização.

“Tchau, querida!” foi a frase que encerrou a ligação grampeada entre Lula e Dilma Rousseff. Nesta conversa telefônica, interceptada pela Polícia Federal e tornada pública por Sérgio Moro em 2016, foi parte de um grande slogan pela queda da presidente em exercício. (Santana, Tonon, 2022, p. 1). Apesar de ser um curto trecho, esta frase de despedida protagonizou os discursos de boa parte das manifestações que pediram pela queda da presidenta.

Em 17 de Março de 2016, um dia após a publicação dessa ligação, às redes sociais estavam repletas dessa mesma frase. O que na conversa de Lula e Dilma era apenas uma despedida informal, se tornou parte do jogo político e do léxico invocado por manifestantes para a deposição da presidente. Não muito mais a frente, a maioria das manifestações políticas poderiam contar com cartazes com os dizeres de “Tchau, Querida”. Isso expressava não só um desgaste com a figura política da presidenta, mas mostrava o esgotamento com as estruturas de poder vigente. E, denotava – sobretudo – uma necessidade de parte da população de mudança radical das instituições.

Pouco mais a frente, no dia 31 de Agosto de 2016 seria o dia do afastamento oficial de Dilma Rousseff do maior cargo do Poder Executivo do Brasil. Um ato emblemático que

explicita o agravamento de uma ruptura no curso histórico do Brasil pós-democrático. Uma fragmentação que surge como resposta a insatisfação com a figura da presidenta no cenário político, dada a sua pouca popularidade entre os pares das câmaras legislativas. Mas, também responde às efervescências populares, movimentadas por conflitos de interesse político, que vinham sendo construídas desde as marchas de Junho de 2013. Estas que propiciaram um novo momento político no Brasil, cruzado de instabilidade e novos movimentos sociais (Gohn, 2016). Alguns deles que seriam – porventura – berço de uma nova direita protagonista do campo político dos próximos anos.

Depois de anos de governos do PT (2003-2014), a reeleição da então presidenta Dilma Rousseff, em 2014, é cercada de contradições e insatisfações. A começar pelas demandas dos setores bancários e empresariais que acusavam o governo de uma “insuficiente técnica fiscal” e uma “política desfavorável” (Bastos, 2017). Aliadas a uma alta insatisfação popular com o não cumprimento, parcial ou total, de demandas levantadas nas Manifestações de 2013, e favorecidas no discurso de campanha. O que ocorria em 2013, se agrava em 2014. Apesar de no final do ano anterior a popularidade da presidenta voltar a subir lentamente (Datafolha, 2013), os protestos davam continuidade a parte das movimentações precedentes. Agora, uma grande parte dos atores clamavam pelo fim do segundo governo de Rousseff. E, sobretudo, chegando no ano da Copa do Mundo, os movimentos sociais que já se organizavam desde a Copa das Confederações se organizaram mais uma vez e evidenciaram as contradições com os megaeventos no país (Copa do Mundo e Olimpíadas) em um cenário de alta instabilidade financeira e pouca efetivação de direitos (Damo, 2020, p. 192).

Segundo Pinho (2016), o ‘esgotamento’ do segundo governo Dilma é resultado de uma série de eventos simultâneos que causaram instabilidades políticas, econômicas e sociais. Estas que declinaram as “capacidades estatais”³ do governo da presidenta. Neste sentido, a desaceleração do crescimento econômico do país acentuado por uma recessão de dois meses em 2014, a irrupção da Operação Lava-Jato (que afetou diretamente bases “aliadas do governo”) e a não implementação de reformas estruturais foram centrais para a instabilidade governamental (Pinho, 2016). Estas características, incapacidades, impasses e conflitos foram fundamentais para o fortalecimento da oposição contra Dilma.

³ É pertinente esmiuçar precisamente “capacidades estatais” à luz da literatura especializada. Assim, na perspectiva de Kent Weaver e Bert Rockman, entre as capacidades estatais se incluiriam: (1) coordenar objetivos em atrito; (2) poder impor perdas a grupos poderosos; (3) representar os interesses difusos e menos organizados, além dos poderosos e mais organizados; (4) garantir a estabilidade política para que as políticas públicas possam ter tempo de maturação na sua implementação e (5) gerenciar divisões políticas de modo a garantir que não haja atritos internos (Weaver e Rockman, 1993, apud Pinho, 2016, p. 96).

Além disso, a não contenção das investigações da Polícia Federal na Operação Lava-Jato (Bastos, 2017) enfraqueceu a base empresarial do Governo, bem como a aliança com o PMDB e o MDB. Do outro lado, o eleitorado e opositores acusaram Dilma de não cumprir com suas promessas de campanha em relação às políticas sociais, crescimento econômico e reformas do poder capital. Já as ditas “pedaladas fiscais” foram consideradas estopim de uma série de acusações que implicaram no processo de impeachment em 2016. Importante frisar que o processo de Impeachment da então presidente foi marcado por uma perda de apoio institucional e social quase total. A insatisfação se estabelecia nas ruas, em manifestações de grande porte que reivindicavam a destituição da chefe do Executivo. O que não era diferente nas casas legislativas que tramitavam o processo. No fim de seu governo, a figura da presidenta tinha se desgastado tanto frente às ruas como frente às instituições do Estado Democrático de Direito. Logo, o processo, que durou três meses, culminou no seu afastamento do cargo da presidência da república.

A queda da presidenta em 2016 demonstra o avanço de novos atores de direita e uma ruptura do que vinha sendo o panorama político do país. Com o protagonismo de uma nova gama de movimentos sociais (como o MBL, o Fora Todos Eles do PSTU⁴, Movimento Endireita Brasil e Vem Pra Rua), nascidos das ruas de 2013, antigos atores da direita brasileira conseguiram sua ascensão.

Considera-se aqui, uma relativa estabilidade política alcançada nos primeiros governos do PT (2003-2012) sendo esfacelada em um movimento de fragmentação político-social. O afastamento de 2016, caracterizado no golpe institucional que fez a chefe do Poder Executivo descer a rampa do Palácio do Planalto em menos de dois anos de governo, desestruturou as relações políticas do país.

Permitiu, portanto, uma re-configuração de relações sociais baseadas em novas normas e regimentos derivados de uma violação dramática da ordem social, em *um estopim simbólico de um confronto ou embate* político-social. (Bailey apud Turner, 2017, p. 33). Esta nova ordem enfrenta, a partir daqui, uma instabilidade na capacidade de gerenciamento e organização da política muito evidenciada no agravamento de uma crise crescente dos anos Temer.

“PRIMEIRAMENTE, FORA TEMER”! DESDOBRANDO UMA CRISE CRESCENTE

O surgimento de novos atores e fortalecimento de antigos personagens da direita e extrema-direita do Brasil começam a ser centrais para o estabelecimento de uma crise institucional. Com a posse de Temer (MDB) como presidente do Brasil, essa crise que já era

⁴ Ver <https://www.pstu.org.br/fora-todos-eles-35862/>

observada economicamente desde 2014 (Peixoto, Crespo, 2018) se agravou politicamente com a baixíssima popularidade do presidente interino. Os movimentos sociais se dividiram mas convergiam com a mesma insatisfação popular contra a continuidade do governo de Temer.

De um lado, os movimentos populares – capitaneados por organizações tradicionais de esquerda e a juventude representante da ‘primavera secundarista’, atores centrais na resistência contra a Reforma do Ensino Médio a partir de 2016 (Costa, Bezerra, 2019) – protagonizaram as manifestações políticas e culturais nos dizeres de Fora Temer (Moraes, Santos, 2016). Enquanto os novos movimentos de direita, gestados nas Marchas de 2013 e financiadas por *think thanks* e setores do empresariado (Borges, 2024), se alinhavam a demais atores considerados renovações do campo da direita “antipolítica” e “conservadora”, e acusavam o medebista da continuidade da corrupção do governo Dilma. Movimentos como o “Vem Pra Rua”, “Revoltados Online” e Movimento Brasil Livre (MBL) foram centrais para essa reconfiguração de atores políticos de direita. Do outro lado, a ascensão dos coletivos artísticos, identitários e partidários mobilizaram grandes manifestações de esquerda contra a presidência de Temer (Lima, Sales, Vieira, Fernandes, 2020).

A crise, para Turner (2017), se dá por um agravamento da ruptura. Após o rompimento de dadas relações sociais normativas, pode-se observar uma fase de *crise crescente* (p. 33). Em consequência do alargamento das fragmentações sociais que resultam em uma clivagem dominante dos antagonismos pertencentes àquele campo social. Ou seja, a ruptura se torna tão coextensiva que acaba por estabelecer um cenário de crise, em que há uma fragilidade das instituições, normas e – por conseguinte – das relações sociais.

Com isto, a observação do período (2016-2018) como de crise é relevante. Já que, em certo sentido, o governo Temer simboliza um agravamento efetivo das instabilidades político-sociais que se estabeleceram no Brasil, com as manifestações de 2013 e o Impeachment de 2016 (Peixoto, Crespo, 2018, p. 145).

A realidade era que Temer não tinha uma popularidade elevada (Verdélío, 2017). Com uma aprovação insignificante em padrões estatísticos, Temer foi o presidente mais rejeitado da história, superando Sarney em seu último ano de governo (Folha de S.Paulo, 2018). Diante de medidas do desinvestimento em políticas sociais em favor da preservação de pilares da permeabilidade econômica (Santos, Santos, Silva, Bezerra e Conserva, 2017), o presidente interino representou a crise tanto em popularidade como em governabilidade.

Ademais, a desconfiança com as instituições aumentava consideravelmente durante o ano (FGV, 2017). Enquanto isso, o prosseguimento de reformas impopulares para

movimentos sociais de oposição mais assídua, como a Reforma Trabalhista (2017), efervescem ainda mais o jogo político.

Evidenciando isso, em maio de 2017, uma manifestação capitaneada pelas frentes do MST e outros movimentos sociais alinhados à esquerda, ocuparam o Congresso Nacional em protesto. Apesar da similaridade com as movimentações do 8 de Janeiro, o evento de 6 anos antes é marcado por uma quantidade expressiva de pessoas. Cerca de 45 mil manifestantes ingressam nas dependências da Praça dos Três Poderes em uma manifestação que se tornou uma revolta contra as instituições. Além disso, outra diferença é a contenção da manifestação por parte dos policiais militares e o reforço de policiamento federal. (Agência Brasil, 2017). Isto ilustra que, nos moldes das instituições político-jurídicas e militares, a ordem tentava constantemente ser alcançada a partir do fundamento da norma pretérita à ruptura. (Turner, 2017).

Neste contexto, novos – ou esquecidos – atores da direita brasileira começam a sair da coxia. Um deputado considerado do “baixo clero” da política brasileira surge como ator principal de uma trama para alcance da presidência. Jair Messias Bolsonaro, capitão reformado do exército brasileiro, é um parlamentar de poucos projetos aprovados (Cioccari, 2018). Ele surge como quadro do PDC (Partido Democrata Cristão), como vereador, se elegendo alguns anos depois como deputado pela mesma sigla. Após isso, muda de partido sucessivas vezes: PPR (1993–95), PPB (1995–2003), PTB (2003–2005), PFL (2005), PP (2005–2016)⁵, PSC (2016–2017)⁶. Até que em 2018 integrou a sigla PSL, Partido Social Liberal, que o levaria à disputa presidencial daquele ano (UOL, 2018).

Ao passo que a popularidade de Bolsonaro aumentava, outros atores, que também teriam protagonismo político, emergiam do cenário de crise. Em fevereiro de 2017, a indicação e nomeação do então Ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, por Michel Temer, ao Supremo Tribunal Federal foi aceita pelas câmaras legislativas (STF, 2025). Moraes ocupa a vaga de Teori Zavascki que, devido ao seu falecimento, tinha deixado o cargo no mesmo ano. Com um amplo currículo nas tradicionais instituições de ensino e do Direito do Estado (TSE, 2020-2022), o Ministro é uma figura que se torna central tanto nas ocorrências recentes (2025-26) quanto na sua participação ativa em embates a favor da “manutenção da ordem”.

Como observado pela então senadora Gleisi Hoffmann, Moraes era filiado ao PSDB até antes de sua indicação. E, tinha determinado protagonismo na contenção de manifestações

⁵ PPR, PPB e PP são partidos “irmãos” resultado de coligações e composições da mesma sigla política.

⁶PPR: Partido Progressista Reformador, PPB: Partido Progressista Brasileiro, PTB: Partido Trabalhista Brasileiro, PFL: Partido da Frente Liberal (atual DEM - Democratas), PP: Partido Progressista, PSC: Partido Social Cristão.

contrárias ao Impeachment de Dilma Rousseff. Segundo Hoffmann, o ministro teria atuado em processos de “perseguição política à manifestantes e opositores ao Impeachment”. Já em seu posicionamento, o então desembargador caracteriza que tais manifestações “não foram protestos contra o impeachment. Oito pessoas queimaram pneus e um carro na [avenida] 23 de Maio. Isso não é manifestação pacífica”. (Agência Senado, 2017). A nomeação contraditória é muito criticada por setores da esquerda brasileira, naquele momento. Mas, é também central para os desdobramentos dos eventos que se seguiram a partir de 2019.

Com Moraes e para além dele, as instituições jurídicas brasileiras também se moviam em favor da manutenção de uma dita ordem institucional. Neste sentido, na busca de uma alternativa para manutenção do Estado, os agentes da lei orquestram formas de corrigir uma crise que esgotava as instituições. Segundo o entendimento de Bourdieu (2014), o Estado é o ente que representa os princípios ocultos da ordem social. E, nesta chave, a reorganização do judiciário e a continuidade da Operação Lava-Jato trariam novas ferramentas para os eventos que se seguem e pretendem ajustar o jogo político para a norma.

PRISÃO DE LULA E O “HOMEM QUE UNE O BRASIL” PARA A CORREÇÃO

“Chegou a hora! Fora Dilma! Fora Lula! Fora PT! Chegou a hora, Brasil! Chega de corrupção, chega de altos impostos! Chegou a hora de dizer não a esse governo hipócrita, a esse governo ladrão, o governo dos desvios públicos!”. Esse é o coro de um carro de som em Belo Horizonte em 05 de Março de 2016. Seguido por uma fila de carros que buzinaavam em protesto com bandeiras do Brasil nas janelas, a voz nos alto-falantes bradava contra o PT, contra Dilma e também contra Lula. Nas mãos de alguns manifestantes, balões – com a figura do então ex-presidente com roupas características das trajadas por presidiários – eram levantados enunciando um desejo. (TEMPO, 2016).

Essa manifestação ocorre um dia após um dos momentos mais emblemáticos da Operação Lava-Jato no Brasil. No dia 04 de março de 2016, o ex-presidente foi conduzido coercitivamente para prestar depoimento à Polícia Federal. Dali em diante, o processo contra Luiz Inácio Lula da Silva começa a ter um prosseguimento mais assíduo. A ação penal contra Lula tinha sido iniciada em 2014 com as investigações da Polícia Federal sobre a aquisição de um Triplex no Guarujá. A denúncia, aceita pelo juiz Sérgio Moro, consistia em supostas irregularidades nos arranjos financeiros para aquisição do imóvel. Segundo a PF e os relatórios do processo, haviam suspeitas de que os ganhos financeiros referentes tinham sido conquistados através do crime de corrupção e lavagem de dinheiro a partir de um contrato com a Petrobras, facilitado por Lula durante seus mandatos (Agência Brasil, 2018).

A duas semanas da finalização do processo de Impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o procurador da república apresenta Lula como cabeça do esquema de corrupção da Petrobras. A partir daí, um longo e contraditório processo legal foi tramitado, em Curitiba, em torno da figura do então ex-presidente da república. Este processo, que no todo se estende por 4 anos, se encerra em 2018 (Justiça Federal, 2017, p. 216).

Aqui, é preciso pensar o Estado e o Direito para além da crença em sua neutralidade axiológica e práxis para um dito “bem comum” (Bourdieu, 2014, p. 30). Neste sentido, é possível compreender como o direito, o Estado e a política são instituições que organizam os conflitos, agenciando através de suas legitimidades uma suposta “pacificação” (Mattei, Nader, 2008). Nesta chave, retomo a prisão de Lula – para além de seus processos técnicos e sentenças fechadas – no sentido de compreender seu papel nos eventos que se seguiram até aqui no cenário político brasileiro.

A prisão de Lula não responde apenas às indagações e desejos dos manifestantes de 2016, ou dos novos movimentos sociais surgidos de 2013 (Gohn, 2016), enfraquece também as efervescências dos movimentos políticos e culturais de esquerda que favoreciam a imagem de Lula. E, até mesmo dos que o criticavam (Solano apud CartaCapital, 2018).

Isso é uma tentativa de retomar a normalidade das relações sociais (2017). A partir de um rito penal, um julgamento midiático (Amadeus, 2017, p. 107) e um reforço do isolamento político da figura de Lula, o Estado reforça suas estruturas jurídicas e sua legitimidade. A partir da performance (Blázquez, 2012) da técnica jurídica, as instituições conseguem se fortalecer e ditar a sua escolha de prosseguimento. Ao isolar Lula politicamente colocando-o na prisão, as instituições apaziguam as efervescências. Tanto a partir do campo dos novos movimentos de direita, que festejavam a prisão, quanto no campo das esquerdas que organizavam as passeatas pela libertação do ex-presidente, a resposta das instituições parecia efetiva.

A crise institucional parecia estar em um caminho de resolução. Porém, o poder executivo ainda precisaria ser disputado em 2018 e um deputado do “baixo clero”, que ainda não tinha total apoio institucional, aparecia pela primeira vez como uma resposta moral, política e institucional para à tentativa de reintegração total.

*“Lula mentiu para o Brasil inteiro! O PT roubou todo nosso dinheiro, mas o Brasil acordou! O Gigante Levantou!”*⁷ Esses são os gritos de uma música popular da campanha de Jair Bolsonaro em 2018. Não obstante as acusações levantadas aos governos do PT, muito

⁷ Trecho inicial do clipe “Nordeste é Bolsonaro 17”, música de campanha de Jair Bolsonaro em 2018. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=2h87TMnSLxc>

atravessadas pela figura de Lula – que até então estava preso e não disputava as eleições – a música tem dizeres muito pertinentes à elaboração do cenário político das eleições de 2018.

Em uma canção feita por seus apoiadores, Bolsonaro é apontado como uma figura messiânica (Silva, 2018), tendo em vista um trecho em que é considerado “o homem que une o Brasil”. Essa afirmação é reforçada um pouco mais a frente, com o canto para o levantamento da *hashtag* “Somos Todos Bolsonaro”. Essa música exemplifica o que seus apoiadores esperavam de seu governo: uma superação da crise moral, econômica e política que assolava o país.

Em uma campanha que prometia levar o Brasil a um novo patamar econômico, político e social, Bolsonaro conquistou um eleitorado fiel que se filiou a mais do que apenas seu projeto político, se aliou ao seu discurso e à sua ideia de Brasil. Em geral, o então presidenciável se estabelecia politicamente em três vieses centrais: os valores e tradições, a segurança pública e a denúncia da corrupção (Silva, 2018). Essas três centralizações do discurso permitiram que, em muito, o “deputado do baixo clero” convencesse boa parte da população brasileira de que ele era a resposta para a superação das crises que vinham enfrentando. No fim, ele era o homem que “uniria o Brasil” como bem dizia a canção.

Por uma série de questões interligadas: na promessa de cumprimento da agenda conservadora em combate ao “comunismo” e “as ideologias de gênero”; além de vigorar a construção de um inimigo comum na esquerda (Cioccari, 2018), Bolsonaro foi eleito em segundo turno. Enfrentou e derrotou Fernando Haddad (PT) com 55,13% dos votos válidos e se tornou o 38º Presidente da República do Brasil.

Compreender a eleição de Jair Bolsonaro como parte da ação corretiva pode parecer contra-intuitivo semanticamente. No imaginário e senso comum, o conceito de correção talvez remeta a uma pacificação. Porém, ao colocá-la como parte da ação corretiva, enfatiza-se uma reconfiguração real das relações sociais. Primeiramente, analisa-se como o presidente se torna a aposta das instituições para a superação da figura política de Lula, já encarcerado. E, por seguinte, uma vez eleito, o ex-militar reorganiza as funções sociais e traz um contentamento das demandas político-sociais de uma camada da população que o via como “unificador de um Brasil em crise”.

LULA, BOLSONARO E A DISPUTA PELO DESFECHO

Conceituar o governo Bolsonaro como um ponto de pacificação das relações seria um erro histórico e contextual. Apesar do apoio a sua candidatura e eleição, Bolsonaro e sua posição de radicalidade contra as instituições jurídico-políticas foram portas cada vez mais escancaradas para novos eventos de fragmentação social.

Os quatro anos de governo Bolsonaro foram tomados de conflito e disputas. No dia primeiro de janeiro de 2019, o ex-capitão sobe a rampa do Palácio do Planalto com seu vice – Hamilton Mourão, também militar reformado – e suas respectivas esposas. Observado por uma multidão repleta de camisas verdes e amarelas, Bolsonaro discursa cercado de militares e reforça seus pilares de campanha: a contrariedade a uma inversão de valores, a superação do socialismo, do “politicamente correto” e do gigantismo estatal (Bolsonaro, 2018). Para além disso, durante toda sua posse, o ex-presidente reforça seu comprometimento com a Constituição Federal de 1988 e com as instituições, prometendo agir de acordo com o Estado de Direito para dar ao Brasil “um destaque no mundo”.

Seu discurso de posse reflete uma valorização das instituições em favor da ordem do Brasil que estava sendo convocada (Bolsonaro, 2018). Esta, caracterizada por seus ideais morais, compostos das ideias de segurança nacional e militarismo. E da sua forma de política que se estruturaram desde os pilares de campanha até os fundamentos do seu discurso.

A valorização das instituições, do Estado de Direito e da democracia não seriam elementos duradouros no discurso de Bolsonaro nos próximos anos. A deflagração da pandemia em março de 2020, e as dificuldades do Estado de cumprir com as medidas de proteção social e saúde pública, foram diretamente atreladas às atitudes e aparições contraditórias do ex-presidente. Durante um período de crise na saúde pública internacional, Bolsonaro era terminantemente contrário às ordens de proteção. Ou seja, em um momento em que a pandemia do COVID-19 ameaçava toda a população, o governo escolheu uma posição de negação frente às medidas cautelares (Castilho, Lemos, 2021).

“Chega de frescura, de mimimi! Vão ficar chorando até quando?” Essa é a resposta de Bolsonaro à imprensa quando perguntado sobre a pandemia e as ações do governo de contenção da doença (G1, 2021). Esta frase ilustra parte do que a figura de Bolsonaro se alinhou no Brasil. A negação do uso de máscaras, a distribuição e recomendação de remédios com baixa ou nenhuma efetividade no combate à doença e o atraso na compra de vacinas foram algumas das medidas que colocaram o governo Bolsonaro, e sua gestão, em conflito com os interesses públicos e institucionais. O resultado imediato dessa posição governamental foi o grande número de mortos em consequência da COVID-19 no Brasil: cerca de 700.000 (Ministério da Saúde).

Neste momento, os demais poderes da república entraram também em conflito com o governo federal e o chefe do executivo. Não só eles, mas a imprensa – constantemente atacada pelo presidente – se tensiona cada vez mais com o tom do governo. Assim, Jair Bolsonaro foi o presidente com maior quantidade de pedidos de impeachments na história do

Brasil (CNN, 2023). Sendo grandemente rejeitado pelos pares legislativos, Bolsonaro também já não tinha uma grande popularidade entre os brasileiros comuns. O desmonte de políticas de assistência social, diminuição de investimentos em políticas de saúde pública e uma inflação maior do que no governo anterior, levaram muitos brasileiros a retirarem seu apoio ao “mito” (CNN, 2021). E, nas altas cúpulas de seu governo também haviam desentendimentos – vide o alto fluxo de mudanças de ministros, principalmente, da saúde.

Apesar disso, Bolsonaro continuava com apoiadores fiéis. Isso podia ser visto em seus conchavos, encontros políticos e passeatas. Além disso, as “motociatas”⁸ foram popularizadas neste momento, e apesar da gestão da pandemia ser – para muitos – considerada desastrosa, para outros o apoio ao “mito” ainda continuava o mesmo.

O discurso de Bolsonaro, outrora em sua posse, cercado de promessas a Constituição e as Instituições, começou a mudar. Em uma crescente demanda de “intervenções militares”, em seus encontros políticos com apoiadores, e a radicalização do tom do presidente começaram a preocupar setores da sociedade, principalmente o Poder Judiciário.

No dia 07 de Setembro de 2021, dia da Independência do Brasil, o então presidente se reuniu em uma passeata com seus apoiadores. Em um evento político de grande expressão, com um aglomerado de aproximadamente 125 mil pessoas na Av. Paulista, Bolsonaro fez o seguinte discurso:

Não podemos admitir que uma pessoa, um homem apenas, turve a nossa democracia e ameace a nossa liberdade. Dizer a esse indivíduo que ele tem tempo ainda para se redimir. Tem tempo, ainda, para arquivar seus inquéritos. Ou melhor, acabou o tempo dele. Sai, Alexandre de Moraes, deixa de ser canalha! Deixa de oprimir o povo brasileiro. [...] Nós devemos, sim, eu falo em nome de vocês, determinar que todos os presos políticos sejam postos em liberdade. Dizer a vocês que qualquer decisão do senhor Alexandre de Moraes, esse presidente não mais cumprirá. A paciência do nosso povo já se esgotou. Ele tem tempo ainda [...] de cuidar da tua vida. Ele, para nós, não existe mais. Liberdade para os presos políticos. Fim da censura. Fim da perseguição àqueles conservadores, àqueles que pensam no Brasil. "Dizer mais a vocês: nós acreditamos e queremos a democracia. A alma da democracia é o voto. Não podemos admitir um sistema eleitoral que não oferece qualquer segurança por ocasião das eleições. Dizer também que não é uma pessoa no Tribunal Superior Eleitoral que vai nos dizer que esse processo é seguro e confiável, porque não é.
(UOL, 2021)

O retorno de Alexandre de Moraes como figura política é central para o desenrolar da crise, e evidencia a resposta das instituições ao questionamento de suas estruturas. O Ministro, que fora indicado por Temer no período de crise crescente, aparece agora não como um novato, mas como protagonista do desenrolar das eventualidades do Governo Bolsonaro e do 8 de Janeiro.

⁸ Passeatas protagonizadas por apoiadores de Bolsonaro que eram fundamentalmente formados por grupos organizados de motoqueiros. Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=JOVt235X0DE>

Ao acusar o Ministro Alexandre de Moraes e as instituições jurídicas do país, Bolsonaro rompe com as relações normativas fundamentais entre os poderes da federação. As trocas de acusações não eram novidades. Desde 2020, Bolsonaro já acusava uma crise entre os poderes, quando Moraes vetou a nomeação de Alexandre Ramagem para a direção da Polícia Federal (Gazeta do Povo, 2020).

O STF e o Governo Bolsonaro foram duas instâncias conflituosas durante todo o período de 2019 a 2022. E, já anterior ao 7 de setembro de 2021, o Supremo já relatava inquéritos sobre organizações antidemocráticas que cercavam o entorno dos apoiadores do presidente (STF, 2021).

Porém, o discurso do dia da Independência foi o estopim para o retorno à crise (Turner, 2017). A relação com o poder judiciário ficou ainda mais tensionada durante o governo. O escalonar desta crise foi protagonizado pelos inquéritos judiciais, as investigações nos processos administrativos do governo e alguns vetos às decisões do Executivo. Muitos deles referendaram ações para o enfrentamento da pandemia que não eram apoiadas por Bolsonaro. A exemplo disso, a Ação Direta de Inconstitucionalidade 6.586 do Distrito Federal relatada por Ricardo Lewandowski por requerimento do PDT (Partido Democrático Trabalhista) que reforçava o caráter obrigatório e consensual da vacinação (p. 37).

Para além disso, em abril de 2021, por decisão do Ministro Edson Fachin, Lula foi considerado elegível para 2022, depois de 3 anos em liberdade, já que duas de suas condenações tinham sido anuladas por incoerência da jurisdição do processo e parcialidade do juiz em exercício (STF, 2021). Ou seja, o maior adversário político e símbolo do inimigo para Bolsonaro e seus apoiadores ganhava, novamente, espaço na disputa política.

É importante frisar que o STF, atuante como a guarda-maior da Constituição, tem a possibilidade de alterar determinadas prerrogativas. Em um momento de crise, agravada pela insatisfação política e a imagem desgastada dos governos petistas, as instituições jurídicas apostam na condenação de Lula para tentar “apaziguar os gigantes”. Porém, quando a aposta política em Jair Bolsonaro parece guinar para uma ruptura e nova crise no sistema político, e das estruturas de gestão, há uma mudança significativa em detalhes do processo do então ex-presidente. O retorno de Lula aparece como nova aposta. Em suma, reorganiza a disputa política e reestrutura a defesa dos ideais centrais de manutenção do Estado como ele é.

Em 2022, Lula e Bolsonaro aparecem como adversários políticos efetivos pela primeira vez. O que, na campanha de 2018, era a figura de um inimigo encarcerado, tornou-se uma ameaça real à sua manutenção no poder Executivo. Em julho de 2022, é oficializada a

chapa de Lula e, seu vice, Geraldo Alckmin em uma federação ampla com 7 partidos⁹ oficialmente apoiadores. Além dos apoios oficiais, Lula contava com o apoio individual e de pequenos coletivos do “Centrão” e da centro-direita.

A campanha de Bolsonaro foi oficializada três dias depois, no dia 24 de Julho de 2022. Em comício no Maracanãzinho, na Zona Norte do Rio, Jair Bolsonaro agora se tornava candidato à reeleição sob a sigla do PL (Partido Liberal). E, como seu vice apresentava Walter Braga Netto, seu assessor especial de gabinete pessoal e ex-ministro chefe da Casa Civil e da Defesa no seu governo. Além disso, Braga Netto tinha sido Interventor Federal no Rio de Janeiro em 2018.

Ambas as campanhas tinham chamadores parecidos. Enquanto Bolsonaro se organizava em uma coligação, com o PP e Republicanos, sob o slogan “Pelo Bem do Brasil”, Lula estruturava sua frente ampla no nome “Brasil da Esperança” sob o slogan “Vamos Juntos pelo Brasil”. Se anteriormente, Bolsonaro parecia vir como figura messiânica (Santos, 2018), Lula agora personificava essa perspectiva. Em seus comícios, Lula dizia que o Brasil precisava de esperança para “voltar a ser feliz”. Neste sentido, ele seria a figura que cuidaria do povo brasileiro, mais uma vez. E, traria novamente a normalidade para a vida da população não sozinho, mas unificando o Brasil.

“Há uma voz que tentaram calar, mas essa estrela não vai se apagar! E o brilho ilumina a esperança, com fé num futuro melhor eu vou! Sem medo de ser feliz.” Esse é um trecho da célebre música de campanha de Lula em 2022, uma regravação de seu jingle de 1989 com diversas personalidades da música popular brasileira. Diferentemente da música de 2018 da campanha de Bolsonaro, essa produção recupera um legado dos governos do PT. Rememora as conquistas das políticas sociais anteriores e traz à tona a promessa de um futuro estável, de um Brasil de esperanças na figura de Lula – àquele que cuida do Brasil.

Em uma disputa acirrada, Bolsonaro e Lula foram adversários pareados neste ano. Com debates que repercutiram em todo o Brasil e imensos comícios de campanha. Apesar disso, ambos os candidatos enfrentaram grande rejeição. Lula ainda era muito referenciado como “presidiário” para grande parte da população, enquanto Bolsonaro era o “genocida da pandemia” para uma parte também significativa do eleitorado. Ambos os candidatos, a eleição e reeleição, trocavam acusações frequentemente e ajustavam o discurso para garantir uma “melhoria” ou um “ideal” do Brasil.

Em adição a isso, em agosto deste ano, a Faculdade de Direito da USP lançou a “Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito!”. Nesta carta,

⁹ PT (Partido de Lula), PSB (Partido de Alckmin), Rede, PV, PCdoB, PSOL e Solidariedade.

oficializa-se um compromisso com a manutenção das instituições. E, porventura, significava dizer que a política anti-sistêmica de Jair Bolsonaro não estava sendo bem recebida pelas elites político-jurídicas e a sociedade civil (USP, 2022). A carta da Faculdade de Direito em convergência ao Manifesto assinado em favor da Soberania e fortificação das estruturas do Estado, organizava o panorama político que levaria à eleição de Lula como aposta institucional de reintegração.

Com uma frente ampla, apoiada por toda a esquerda, parte da direita e do “centrão”, Lula é eleito presidente da República em 2022 com uma vantagem de 50,9% dos votos. Tendo em vista um retorno à crise com o governo anterior, a vitória de Lula no dia 30 de outubro veio a ser uma ação “apaziguadora” e corretiva, uma tentativa real de reintegração.

A promessa era reestruturar as relações sociais, políticas e jurídicas que Bolsonaro rompeu. Lula aparece como personagem que conseguiria convergir os interesses do povo para um retorno à paz aos interesses das instituições. E, em seus discursos a partir dali, reforça a superação das fragmentações prometendo que, agora sim, o Brasil estaria unido novamente (Rocha, 2023).

DISPUTAS, EMBATES E DESFECHOS

Já em seu último ano de governo, às vésperas da disputa eleitoral, Bolsonaro reúne seus ministros para uma reunião. Ali, segundo os processos que condenaram o ex-presidente e sua equipe, se dá início a ‘trama golpista’ que enuncia o que estava por vir no dia 8 de Janeiro de 2023. Uma tentativa definitiva, ou não, de desfecho deste longo drama.

Enquanto a eleição de Lula se torna uma possibilidade de reintegração, penso no 8 de Janeiro como uma tentativa de cisma ou cisão. A cisão se dá quando se consideram as diferenças da crise irremediáveis, fazendo os campos sociais se separarem definitivamente. Ao vencer as eleições, Lula promete o retorno “ao normal” reverberando uma ideia de reunião do Brasil com seu povo e suas instituições.

Em um movimento de oposição e indignação, tanto com a figura do presidente eleito – vide a insatisfação histórica forjada desde 2013, contra o PT e Lula, e reforçada por Bolsonaro – quanto com a concepção de desvio moral crítico das instituições (principalmente do STF), uma gama de manifestantes se reúne em frente aos quartéis gerais do Brasil a partir de outubro de 2022.

Com isso, uma série de eventos, ações (e não-ações) organizam a possibilidade de cisão. Do dia 31 de Outubro de 2022 até o dia 8 de Janeiro de 2023, as tensões crescem e as promessas de cisão autoritária parecem aumentar exponencialmente nestes acampamentos. Chamados de todo o Brasil, os manifestantes explodem as suas indignações no dia 8. E,

acompanhados dos policiais, puderam crer que o Estado seria organizado conforme suas indagações. Ou seja, havia a esperança de uma não continuidade com àquelas instituições que – para eles – eram irremediavelmente “corruptas, ladras e moralmente desviadas”.

A falha do 8 de Janeiro em dar continuidade com os processos de cisma se dá a partir da fortificação do discurso e da figura de Lula – como o já empossado Presidente da República. Além do estabelecimento de medidas punitivistas a partir dos processos tramitados no STF (principalmente com a Ação Penal 1060).

Neste sentido, as elites jurídicas se organizam e fortificam na defesa do ideal democrático construído: “a democracia das instituições”. A partir de um novo aparato de instrumentos para facilitação de ações corretivas (Turner, 2017) tentam restabelecer a aposta de desfecho original, a reintegração. Ademais, como Geertz (1991) posiciona e Blazquez (2012) reitera, os rituais (estabelecidos aqui como processos jurídicos e políticos) são performances importantes para a afirmação do Estado como ente de ordenamento social. Neste sentido, com a reafirmação dos seus princípios de legitimidade nos ritos jurídicos e simbólicos, o Estado se reorganiza e fortalece as suas estruturas de dominação (Bourdieu, 2014, p. 339).

Acerca disso, os agentes deste Estado reforçam as normas não só a partir de notas de repúdio, como algumas instituições as fizeram, mas através de reações ditas, não ditas e simbólicas. A reintegração resultante, chega aqui não só a partir dos julgamentos, mas na definição do significado do 8 de Janeiro na memória pública e na narrativa popular.

Recupero aqui, em especial, a forma como o presidente Lula e os 27 chefes dos executivos estaduais, os presidentes do STF e das câmaras legislativas, descem a rampa do Palácio do Planalto, em conjunto no dia 10 de janeiro de 2023. Este ato representa a união contra a tentativa de quebra institucional ocorrida com as movimentações populares dois dias antes. Isso reitera como as instituições políticas e democráticas repudiavam, de maneira explícita, a tentativa de cisão com o equipamento institucional (Lula, 2023).

Neste trabalho busquei compreender como uma sequência de enredos conflitivos no Brasil, possibilitaram a cena orquestrada em 2023. Além disso, é possível compreender uma disputa não só política e prática entre esses atores, mas uma disputa simbólica, narrativa e mnêmica. O que retomo aqui, nesta conclusão de um drama histórico e contemporâneo, é o não consenso. Um ciclo que não se fecha inteiramente. Na realidade, os desdobramentos que se seguem a partir do evento são inúmeros e refletem na forma como o rememoramos.

Neste embate narrativo, conceitual e mnêmico, o 8 de Janeiro é um evento que não se encerra em si. Por conta disso, é reconstituído como parte fundamental da história da

democracia brasileira. Afinal, em um desfecho aberto a novas possibilidades conjunturais e definições, o 8 de Janeiro é uma das fases mais emblemáticas para a compreensão do Brasil contemporâneo. Desafia, sobretudo, as capacidades do Estado de Direito e coloca em xeque o significado de democracia para o Brasil, pós-1988.

REFERÊNCIAS

8/1: A Democracia Resiste. Direção: Julia Dualibi; Rafael Norton. Brasil: Globoplay, 2024. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/81-a-democracia-resiste/t/wLdbnMPyWV/>. Acesso em: 2 dez. 2025.

AGÊNCIA BRASIL. Com depredação de ministérios e confronto, ato em Brasília reúne 45 mil pessoas. 24 maio 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-05/com-depredacao-de-ministerios-e-confronto-ato-em-brasilia-reune-45-mil-pessoas>. Acesso em: 3 dez. 2025.

AGÊNCIA BRASIL. Relembre as fases do processo que levou à ordem de prisão de Lula. 6 abr. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-04/relembre-fases-do-processo-que-levo-u-ordem-de-prisao-de-lula>. Acesso em: 4 dez. 2025.

AMADEUS, D. A condenação de Lula e o Estado midiático. In: PRONER, C. et al. **Comentários a uma sentença anunciada**. Brasil: Praxis, 2017. p. 107–110.

ANTUNES, R. As rebeliões de junho de 2013. **OSAL**, 2013.

BASTOS, P. P. Z. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff. **Revista de Economia Contemporânea**, 2017.

BLÁZQUEZ, G. Fazer cultura, fazer(-se) Estado. **Mana**, 2012.

BOLSONARO, J. **Discurso de posse**. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tt6JsQyW388>. Acesso em: 2 dez. 2025.

BOLSONARO, J. **Discurso na Câmara dos Deputados**. 17 abr. 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 2 dez. 2025.

BORGES, A. As duas faces da nova direita brasileira. **Opinião Pública**, v. 30, n. 1, 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2025.

BRASIL. STF. **Ação Penal 2.668/DF**. Rel. Min. Alexandre de Moraes, 2025.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CAPELLI, R. **O 8 de janeiro que o Brasil não viu**. Rio de Janeiro: História Real, 2025.

CASTILHO, D. R.; LEMOS, E. L. S. Necropolítica e governo Bolsonaro. **Revista Katálýsis**, 2021.

CNN BRASIL. **Bolsonaro acumulou pedidos de impeachment**. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br>. Acesso em: 2 dez. 2025.

CNN BRASIL. **Popularidade de Bolsonaro cai para 31%**. 2021.

COSENZA, A. The March on Brasília. In: CAFFAGNI, L. et al. **The Planalto Riots**. Amsterdam, 2024.

DATAFOLHA. **41% aprovam Dilma**. 2013. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br>. Acesso em: 2 dez. 2025.

FOLHA DE S.PAULO. **Aprovação de Dilma cai**. 2013.

GEERTZ, C. **Negara**. Portugal: DIFEL, 1991.

GOHN, M. G. **Manifestações de protesto no Brasil**. 2016.

GLOBO (G1). **Atos de 8 de janeiro**. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 2025.

JUSTIÇA FEDERAL. **TRF4 confirma condenação de Lula**. 2019.

LULA. **Sem medo de ser feliz**. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com>. Acesso em: 2025.

MARTINS, G. Governos autoritários na democracia brasileira. In: **The Planalto Riots**. 2024.

MATTEI, U.; NADER, L. **Plunder**. Oxford: Blackwell, 2008.

MPF. **8 de janeiro**: nota institucional. 2024.

PEIXOTO, V. M.; CRESPO, R. **A crise política brasileira**. 2018.

RICUPERO, B. **O que foi o 8 de janeiro?**, 2024.

SINGER, A. A reativação da direita no Brasil. **Opinião Pública**, 2021.

STF. **Resposta aos atos de 8 de janeiro**. 2024.

TURNER, V. **Dramas, campos e metáforas**. Niterói: Eduff, 2017.

UOL. **Trajetória de Bolsonaro**. 2018.

USP. **Carta às brasileiras e brasileiros**. 2022.